



RECENSÃO

Conhecer para Dominar.
A Antropologia ao Serviço da Política Colonial
Portuguesa em Moçambique,
de Rui Mateus Pereira,
por João Leal

Análise Social, LVIII (3.º), 2023 (n.º 248), pp. 649-653

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023248.10>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



PEREIRA, Rui Mateus

Conhecer para Dominar. A Antropologia ao Serviço da Política Colonial Portuguesa em Moçambique,

Lisboa, Parsifal, 2021, 478 pp.

ISBN 9789898760869

João Leal

O livro *Conhecer para Dominar. A Antropologia ao Serviço da Política Colonial Portuguesa em Moçambique*, da autoria de Rui Pereira (1957-2020), publica na íntegra e sem modificações a tese de doutoramento defendida por este antropólogo em 2005, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Esta tese foi o culminar de uma pesquisa iniciada nos anos 1980 sobre as relações entre antropologia e colonialismo em Moçambique (onde Rui Pereira viveu entre 1958 e 1972). Trata-se de uma publicação póstuma. Rui Pereira faleceu prematuramente em 2020, sem que lhe tenha sido possível rever e atualizar a tese (como provavelmente era seu objetivo). Esta situa-se em campos disciplinares – história do colonialismo português, história da antropologia, a relação entre colonialismo e antropologia – que conheceram desenvolvimentos significativos nos últimos anos. Se tivesse tido oportunidade de rever a tese, Rui Pereira – que, até à sua morte, ensinou “Antropologia e Colonialismo” na licenciatura em Antropologia da FCSH (UNL) – teria certamente integrado nela esses desenvolvimentos.

Isso não significa, entretanto, que não se deva sublinhar a grande importância de *Conhecer para Dominar*. O livro debruça-se sobre a história da antropologia colonial portuguesa em Moçambique ao longo do século xx, com particular enfoque no período do Estado Novo. Segundo o autor, Moçambique seria “a colónia portuguesa que mais ‘atenção antropológica’ suscitou” (p. 169), sendo essa uma das razões para a sua escolha como estudo de caso suscetível de ilustrar, para o caso português, a relação entre antropologia e colonialismo.

O livro tem uma organização clara. Depois da “Apresentação” (capítulo I), Rui Pereira procede a um enquadramento geral das articulações entre antropologia e colonialismo na história das antropologias europeia e norte-americana (capítulo II), para se focar depois nas formas genéricas que essas articulações assumiram no caso português (capítulo III). Os capítulos IV a VIII – que constituem o âmago do livro – passam sucessivamente em revista diferentes momentos da história da antropologia e do colonialismo português em Moçambique. O capítulo IV foca as políticas de codificação dos “Usos e costumes indígenas” que deram

origem à *Missão Etnológica de Moçambique*. O capítulo v – centrado na *Missão Antropológica de Moçambique* – trata a importância da antropologia física – de recorte racista – nas pesquisas conduzidas nos anos 1930 e 1940. O capítulo vi desenvolve a temática da “Etnografia administrativa” e o capítulo vii – centrado na *Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, dirigida por Jorge Dias – debruça-se sobre a emergência tardia, a partir de final dos anos 1950, da antropologia cultural e social em Moçambique e das suas relações com o colonialismo português.

Na realidade, são duas as antropologias de que Rui Pereira fala no seu livro. Uma primeira – tratada no capítulo v – é a antropologia física dominante em Moçambique entre 1936 e 1955. Rui Pereira identifica os seus principais protagonistas e produções, com destaque para Santos Júnior, um discípulo de Mendes Correia que conduziu seis campanhas no âmbito da *Missão Antropológica de Moçambique*. Nesse período, segundo Rui Pereira, num total de 44 estudos sobre Moçambique, 30 versavam tópicos relacionados com antropologia física, particularmente com a antropometria (p. 255). A etnografia ou a antropologia cultural e social eram consideradas irrelevantes. Tal ficar-se-ia a dever, segundo o autor, à “dominância obsessivamente biológica da ‘Escola do Porto’, cujo mais insigne representante, Mendes Corrêa ocupava lugares-chave nos organismos de investigação científica colonial portuguesa”. Esse facto, ao mesmo tempo que dificultou “o desenvolvimento de uma

perspetiva cultural e social nas ‘missões antropológicas e etnológicas’”, contribuiu também “para a cristalização da imagem dos povos colonizados como ‘raças’ mental e civilizacionalmente atrasadas” (p. 290). Os pressupostos claramente racistas dessa antropologia física – expressos na citação anterior –, assim como o seu carácter anacrónico, são postos em evidência por Rui Pereira, que sublinha a sua simultânea adequação a algumas linhas de forças da política colonial portuguesa, relacionadas com a avaliação da capacidade de trabalho das populações indígenas e associadas à política de concentração das populações indígenas em “aldeamentos” e à implementação da cultura obrigatória do aldeão (pp. 271-272).

Simultaneamente, *Conhecer para Dominar* – e aí reside a sua maior importância – procede a um levantamento muito completo das marcas e dos sinais deixados em Moçambique por uma segunda antropologia, mais interessada na cultura e na organização social (mesmo que num registo meramente descritivo). Esse interesse começa por ser abordado no capítulo iv, dedicado à *Missão Etnológica de Moçambique*, dirigida por José Gonçalves Cota, cujo “objetivo principal” era, não apenas “lançar as bases jurídico-etnológicas para um direito civil e penal indígena adaptado aos [seus] ‘usos e costumes’” (p. 201), mas também a publicação final de um estudo etnológico “capaz de transmitir aos funcionários coloniais uma ideia sobre a mentalidade das populações africanas” (p. 207). A *Missão* defrontou-se, entretanto, com dificuldades, decorrentes

da “falta de conhecimento sobre as sociedades africanas” e “da ignorância absoluta das línguas locais” (p. 206) dos funcionários coloniais que deveriam fornecer a informação. A atitude contemporizadora de Gonçalves Cota em relação aos “usos e costumes indígenas” enfrentava também a oposição da Igreja Católica, e, no seguimento da publicação, em 1954, do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, Silva Cunha – que viria a ser ministro do Ultramar de Salazar – demarcou-se da política de contemporização de Gonçalves Cota, não promulgando os “trabalhos da *Missão Etnográfica de Moçambique*” (p. 244).

Um segundo momento no desenvolvimento de uma perspectiva etnográfica sobre Moçambique ocorre nos anos 1950 e prende-se com o desenvolvimento – tratado no capítulo V – de uma “etnografia administrativa” a cargo de funcionários coloniais. Rui Pereira fornece um bom enquadramento dessa etnografia – responsável por 30 monografias publicadas entre 1950 e 1960 – resultante, em particular, de novos requisitos para a progressão na carreira dos administradores coloniais. Embora a maioria dessas monografias seja caracterizada por Rui Pereira como “mediocre” (p. 342), o autor abre – e bem – uma exceção para o etnólogo António Rita-Ferreira, a quem dedica a parte final do capítulo V. Começando por ser, segundo Rui Pereira, o típico “etnólogo do governo”, Rita-Ferreira publicou assiduamente. Conhecia bem o que se fazia na antropologia africanista da época e o seu modo de encarar

os problemas foi-se alterando, de tal modo que – como sublinha Rui Pereira – “na segunda metade da década de 1950 [...] ganhou sentido crítico e cientificidade suficientes para, por mérito próprio, poder reivindicar o estatuto de ‘o etnólogo’” (p. 337). Embora Rui Pereira não acompanhe – compreensivelmente – a obra de Rita-Ferreira no período posterior à independência de Moçambique, é certamente um dos grandes méritos da sua tese ter dado visibilidade a um dos mais importantes antropólogos portugueses que escreveu sobre Moçambique.

O período em que Rita-Ferreira se torna “o etnólogo” de Moçambique é marcado por mudanças na política colonial portuguesa, movidas pela vontade de contrariar os ventos independentistas que começavam a soprar em África. Embora realizadas contra esses ventos – para citar o feliz título do livro de Valentim Alexandre, *Contra o Vento: Portugal, o Império e a Maré Anti-Colonial (1945-1961)* (2014) – essas mudanças criaram um novo quadro para a pesquisa colonial. Um dos protagonistas dessas mudanças foi, como é conhecido, Adriano Moreira. Figura central da “corrente reformadora da situação colonial” (p. 354) – e mais tarde ministro do Ultramar de Salazar – Adriano Moreira foi nomeado, em 1956, diretor do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, onde criou, entre outras, a Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português (MEMEUP), cuja direção foi confiada a Jorge Dias. Como escreve Rui Pereira, “mais do que saber gerir os meios de produção colonial, tratava-se agora de

saber gerir politicamente as consciências das populações africanas” (p. 353). A antropologia física perdia a sua importância e “estava aberto o caminho para a prática de uma investigação assumidamente etnológica” (p. 358).

Convidado para chefiar a MEMEUP, Jorge Dias – que até então pisara exclusivamente terrenos “metropolitanos” – irá então reorientar a sua pesquisa para África. O resultado mais conhecido dessa sua reorientação são as monografias que escreveu – duas delas em conjunto com a sua mulher, Margot Schmidt Dias – sobre os macondes do norte de Moçambique. Mas foram-lhe também confiadas tarefas mais “políticas”, de levantamento e estudo dos desafios enfrentados pelo regime colonial português em África, mais especificamente em Moçambique. Dessas tarefas resultaram quatro *Relatórios de Campanha* da MEMEUP que Jorge Dias escreveu entre 1958 e 1961. Esses *Relatórios* – também assinados por Margot Dias e Manuel Viegas Guerreiro (também ele colaborador do MEMEUP e autor do IV volume de *Os Macondes*) – não constam da bibliografia oficial de Jorge Dias. Tinham sido referenciados, de forma algo genérica, no livro de Donato Gallo, *O Saber Português: Antropologia e Colonialismo* (1988). Coube a Rui Pereira o mérito de, ainda nos anos 1980, ter escrito sobre eles de forma informada e completa.

Não é por isso de estranhar que o capítulo VII de *Conhecer para Dominar* seja o mais importante capítulo do livro. Por um lado, porque se debruça sobre uma faceta menos conhecida – mas muito

importante – da obra daquele que, para todos os efeitos, foi o mais importante antropólogo português do século XX. Por outro lado, porque analisa, de forma informada e produtiva, essa faceta de *inteligence* colonial de Jorge Dias.

Não cabe aqui fazer um resumo do conteúdo dos *Relatórios* e da abordagem que deles faz Rui Pereira. Construídos sobretudo a partir de Moçambique, eles basearam-se também em deslocamentos de Dias ao então Tanganhica, à África do Sul e a Angola. Mas talvez valha a pena sublinhar o modo como eles revelam algo que Jorge Dias – acho – nunca conseguiu resolver satisfatoriamente. Por um lado, como sublinha Rui Pereira, “Jorge Dias acreditava, no geral, na excelência do modelo colonial da administração portuguesa, das suas boas intenções, e desde que educado, nas boas qualidades do povo português, que o habilitava para o desempenho das tarefas de colonização” (p. 380). Em particular, Jorge Dias acreditava na “feição especial” (p. 364) do colonialismo português, que via com as lentes do luso-tropicalismo. Mas, simultaneamente, Jorge Dias foi, nos *Relatórios*, um acerado crítico do colonialismo e dos colonos portugueses em Moçambique, a quem criticava – entre muitas outras coisas – os “excessos racistas” (p. 370). Para Jorge Dias, de facto, o racismo dos colonos portugueses de Moçambique “estava perigosamente próximo da absoluta segregação racial, que ele viria a conhecer durante as suas deslocamentos à (então) União Sul-Africana” (p. 395) e que criticou de forma violenta num dos seus *Relatórios* (p. 397). A sua

deslocação ao Tanganhica levá-lo-ia mesmo a elogiar a colonização inglesa, por contraponto à colonização portuguesa (o que contradizia explicitamente a sua crença no “excecionalismo” luso-tropicalista da colonização portuguesa). Rui Pereira refere a esse respeito que esta deslocação “contribuiu para o desenvolvimento do sentido crítico de Jorge Dias” (p. 392) em relação ao colonialismo português. Creio, entretanto, que a contradição de base entre o colonialismo “ideal” que defendia e o colonialismo “real” que encontrou no terreno, não parece ter sido resolvida por Jorge Dias.

Embora privilegie os *Relatórios*, o capítulo que Rui Pereira consagra a Jorge (e Margot) Dias aborda outros temas, com particular incidência para as monografias que ambos escreveram sobre os

macondes. Mas é talvez pela sua abordagem aos *Relatórios* que o capítulo VII se notabiliza. Este pode, assim, ser visto como o ponto alto de um livro que – como sublinhei – tem muitas outras razões para ser vivamente recomendado. Com ele ficamos a saber bastante mais sobre a história da antropologia portuguesa e do colonialismo português e sobre antropologia e colonialismo em Portugal.

LEAL, J. (2023), *Recensão “Conhecer para Dominar. A Antropologia ao Serviço da Política Colonial Portuguesa em Moçambique*, Lisboa, Parsifal, 2021”. *Análise Social*, 248, LVIII (3.º), pp. 649-653.

João Leal » joao.leal@fcsh.unl.pt » CRIA, FCSH-UNL
 » Av. de Berna, 26 C — 1069-061 Lisboa Portugal »
<https://orcid.org/0000-0002-0513-103X>.
